



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121 - BAIRRO SANTA MÔNICA REITORIA - BLOCO 3P -
CAMPUS SANTA MÔNICA UBERLÂNDIA-MG - CEP. 38.408-144

PARECER n. 00992/2014/PF/UFU/PFFUFUB/PGF/AGU

NUP: 00890.000016/2014-49

INTERESSADOS: PROF GABRIEL MASCARENHAS MACIEL - ICIAG - UFU

ASSUNTOS: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONTRATO. INTERVENIÊNCIA DA UNIVERSIDADE. DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE PESQUISA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE MODIFICAÇÕES NA MINUTA E NAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES A ASSINATURA DO AJUSTE.

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos de Contrato para desenvolvimento de projeto de pesquisa "Melhoramento genético de minitomate", desenvolvido no âmbito da Faculdade de Agronomia do Instituto de Ciências Agrárias da UFU, Campus Monte Carmelo, a ser firmado pela Feltrin Sementes Ltda e a Fundação de Desenvolvimento Agropecuário - FUNDAP, com a interveniência da Universidade Federal de Uberlândia, nos termos das Leis 8.958/94 e 10.973/14, Decreto nº 7.423/2010, e legislação complementar.

Não foi aberto processo administrativo no âmbito da UFU, tendo a minuta do contrato e seus anexos sido encaminhados por intermédio do MI n. 028/2014, com o qual seguiu, também, o parecer emitido no âmbito de processo junto ao conselho da unidade, com sugestão de aprovação do projeto.

É o relatório.

2. ANÁLISE

2. Trata-se de contrato para desenvolvimento de projeto técnico, científico e/ou de extensão, com base nas Leis 8.958/94 e 10.973/04, Decreto nº 7.423/2010, e legislação complementar.

3. São partes no referido contrato a empresa FELTRIN SEMENTES LTDA e a FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - FUNDAP, com a inteveniência da Universidade Federal de Uberlândia, o que motivou a análise jurídica por parte da PF/UFU.

4. O presente contrato tem por base legal a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

5. Cumpre esclarecer que a Lei nº 8.958/94 sofreu alterações recentes, por parte da Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013. O art. 6º da novel Lei citada estabelece:

Art. 6º A Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

..... (NR)

Art. 1º-B. As organizações sociais e entidades privadas poderão realizar convênios e contratos, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com a finalidade de dar apoio às IFES e às demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas.

Parágrafo único. A celebração de convênios entre a IFES ou demais ICTs apoiadas, fundação de apoio, entidades privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, e organizações sociais, para finalidades de pesquisa, desenvolvimento, estímulo e fomento à inovação, será realizada mediante critérios de habilitação das empresas, regulamentados em ato do Poder Executivo federal, não se aplicando nesses casos a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública para a identificação e escolha das empresas convenientes.

Art. 1º-C. Os convênios de que trata esta Lei serão regulamentados por ato do Poder Executivo federal.

Conforme se verifica, a Lei nº 12.863/2013 estabelece que a celebração de convênios e contratos entre IFES, ICTs e Fundações de Apoio será regulamentada por meio de ato do Poder Executivo.

In casu, sendo a lei nova, ainda não houve tempo hábil para a publicação da regulamentação. Todavia, em face do princípio da continuidade do serviço público, e para não prejudicar as tratativas já realizadas, entendo que é possível a compatibilização da Lei nova com os regramentos legais então vigentes, até porque a legislação pretérita não foi integralmente revogada, mas apenas naquilo em que for incompatível com o novo texto legal.


6. Com relação à minuta contratual, a mesma foi analisada frente a legislação em vigor, e contém os elementos básicos e indispensáveis, inseridos em 11 cláusulas que versam sobre: (1) Natureza do ajuste; (2) Objeto; (3) Obrigações das partes e interveniente; (4) Vigência; (5) Recursos; (6) Pessoal; (7) Prestação de contas; (8) Alterações e Rescisão; (9) Notificações; (10) Multa e Juros; e (11) Foro.

7. Como mencionado no início da presente manifestação, a Universidade Federal de Uberlândia, entidade assessorada por esta Procuradoria, participa do contrato na condição de interveniente, uma vez que os professores e alunos envolvidos no projeto pertencem aos seus quadros.

8. Dentre as obrigações impostas à UFU não se observa ilegalidades a serem sanadas.
9. Quanto às demais cláusulas, tampouco foram observadas impropriedades ou ilegalidades.
10. Nota-se, porém, ausência de cláusula que trate da publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial da União, o que se mostra imprescindível, dada a participação da UFU.
11. Registre-se que a obrigatoriedade da publicação do extrato do ajuste decorre do disposto no art. 61 c/c art. 116 da Lei n. 8.666/93, e representa requisito de eficácia.
12. Deverá ser inserida cláusula no contrato que preveja sua realização e defina a quem competirá providenciá-la.
13. Analisando os documentos encaminhados a esta Procuradoria, constatou-se que apesar da existência de relatório com sugestão de aprovação do projeto, não há decisão do conselho da unidade, efetivamente, dando seu aval, o que é imprescindível para que o contrato seja firmado validamente.
3. **CONCLUSÃO**
14. Diante de todo o exposto, conclui-se pela conformidade da minuta de contrato, desde que inserida cláusula que preveja a publicação do instrumento no DOU, com atribuição de responsabilidade quanto a isso a um dos partícipes.
15. A assinatura do contrato fica condicionada, ainda, à aprovação do projeto no âmbito do Conselho do Instituto de Ciências Agrárias.
16. Ressalte-se o caráter opinativo e, portanto, não vinculante do parecer jurídico.

À consideração superior.

UBERLÂNDIA, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.


BIANCA DUARTE TEIXEIRA LOBATO
PROCURADORA FEDERAL
SIAPE 1.553.209



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00890000016201449 e da chave de acesso 754fba74



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121 - BAIRRO SANTA MÔNICA REITORIA - BLOCO 3P -
CAMPUS SANTA MÔNICA UBERLÂNDIA-MG - CEP. 38.408-144

DESPACHO n. 00992 /2014/PF/UFU/PGF/AGU

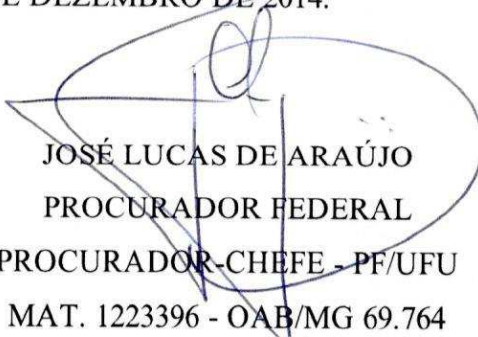
NUP: 00890.000016/2014-49

INTERESSADOS: PROF GABRIEL MASCARENHAS MACIEL - ICIAG - UFU

ASSUNTOS: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

1. Aprovo o Parecer da lavra da Procuradora Federal Bianca Duarte Teixeira Lobato.
2. Restitua-se à origem.

UBERLÂNDIA, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.


JOSÉ LUCAS DE ARAÚJO
PROCURADOR FEDERAL
PROCURADOR-CHEFE - PF/UFU
MAT. 1223396 - OAB/MG 69.764

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00890000016201449 e da chave de acesso 754fba74